

Termo de Referência 29/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2025	153254-ADMINISTRACAO GERAL/UFGM	ALTAIR DAMASIO DIAS	08/04/2025 16:04 (v 5.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	26/2025	23072.267492/2024-59

1. Definição do objeto

1.1. O objeto dessa contratação é a **eventual aquisição de suprimentos de impressão (cartuchos, toners e ribbons) para atender necessidades da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA
1	1	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras Brother, modelo LC406XLBKS, referência LC406XLBKS, rendimento ISO/IEC 24711 de 6000 páginas	617907	Unidade
	2	Cartucho de tinta ciano, compatível com impressoras Brother, modelo LC406XLCS, referência LC406XLCS, rendimento ISO/IEC 24711 de 5000 páginas	617908	Unidade
	3	Cartucho de tinta magenta, compatível com impressoras Brother, modelo LC406XLMS, referência LC406XLMS, rendimento ISO/IEC 24711 de 5000 páginas	617909	Unidade
	4	Cartucho de tinta amarelo, compatível com impressoras Brother, modelo LC406XLYS, referência LC406XLYS, rendimento ISO/IEC 24711 de 5000 páginas	617910	Unidade
2	5	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo 46, referência CZ637AL, rendimento ISO/IEC 24711 de 1500 páginas	440802	Unidade
	6	Cartucho de tinta colorido, compatível com impressoras HP, modelo 46, referência CZ638AL, rendimento ISO/IEC 24711 de 750 páginas	440803	Unidade
3	7	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo 56, referência C6656A, rendimento ISO/IEC 24711 de 630 páginas	331952	Unidade
		Cartucho de tinta colorido, compatível com		

	8	impressoras HP, modelo 57, referência C6657AE, rendimento ISO/IEC 24711 de 500 páginas	310960	Unidade
4	9	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo 96, referência C8767WL, rendimento ISO/IEC 24711 de 860 páginas	331943	Unidade
	10	Cartucho de tinta colorido, compatível com impressoras HP, modelo 97, referência C9363WL, rendimento ISO/IEC 24711 de 570 páginas	412311	Unidade
5	11	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo 122XL, referência CH563HB, rendimento ISO/IEC 24711 de 480 páginas	465468	Unidade
	12	Cartucho de tinta colorido, compatível com impressoras HP, modelo 122XL, referência CH564HB, rendimento ISO/IEC 24711 de 330 páginas	465467	Unidade
6	13	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo 662XL, referência CZ105AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 360 páginas	465470	Unidade
	14	Cartucho de tinta colorido, compatível com impressoras HP, modelo 662XL, referência CZ106AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 300 páginas	465471	Unidade
7	15	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo 664XL, referência F6V31AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 480 páginas	458071	Unidade
	16	Cartucho de tinta colorido, compatível com impressoras HP, modelo 664XL, referência F6V30AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 330 páginas	458070	Unidade
8	17	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo 951XL, referência CN045AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 2300 páginas	434317	Unidade
	18	Cartucho de tinta ciano, compatível com impressoras HP, modelo 951XL C, referência CN046AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 1500 páginas	434318	Unidade
	19	Cartucho de tinta magenta, compatível com impressoras HP, modelo 951XL M, referência CN047AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 1500 páginas	434320	Unidade
	20	Cartucho de tinta amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 951XL Y, referência CN048AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 1500 páginas	434319	Unidade
	21	Cartucho de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo 954XL, referência L0S71AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 2000	440672	Unidade

9		páginas		
	22	Cartucho de tinta ciano, compatível com impressoras HP, modelo 954XL C, referência LOS62AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 1600 páginas	440674	Unidade
	23	Cartucho de tinta magenta, compatível com impressoras HP, modelo 954XL M, referência LOS65AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 1600 páginas	440675	Unidade
	24	Cartucho de tinta amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 954XL Y, referência LOS68AB, rendimento ISO/IEC 24711 de 1600 páginas	440673	Unidade
	25	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo 315, referência TN315BKBR, rendimento ISO/IEC 19752 de 6000 páginas	480259	Unidade
10	26	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras Brother, modelo 315 C, referência TN315CBR, rendimento ISO/IEC 19789 de 3500 páginas	480260	Unidade
	27	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras Brother, modelo 315 M, referência TN315MBR, rendimento ISO/IEC 19789 de 3500 páginas	608181	Unidade
	28	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras Brother, modelo 315 Y, referência TN315YBR, rendimento ISO/IEC 19789 de 3500 páginas	480261	Unidade
	29	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo 329, referência TN329K, rendimento ISO/IEC 19752 de 6000 páginas	444489	Unidade
11	30	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras Brother, modelo 329 C, referência TN329C, rendimento ISO/IEC 19789 de 3500 páginas	444492	Unidade
	31	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras Brother, modelo 329 M, referência TN329M, rendimento ISO/IEC 19789 de 3500 páginas	444491	Unidade
	32	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras Brother, modelo 329 Y, referência TN329Y, rendimento ISO/IEC 19789 de 3500 páginas	444490	Unidade
	33	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo 450, referência TN450BR, rendimento ISO/IEC 19752 de 2600 páginas	436173	Unidade
		Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo 1060, referência		

	34	TN1060BR, rendimento ISO/IEC 19752 de 1000 páginas	466590	Unidade
	35	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo 2370, referência TN2370 ou TN660, rendimento ISO/IEC 19752 de 2600 páginas	467352	Unidade
	36	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo TN-3442, referência TN3442, rendimento ISO/IEC 19752 de 8000 páginas	447063	Unidade
	37	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo TN-3472, referência TN3472 ou TN880, rendimento ISO/IEC 19752 de 12000 páginas	437144	Unidade
	38	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo TN3662XLS , referência TN3662XLSBR , rendimento ISO/IEC 19752 de 25000 páginas	441288	Unidade
	39	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo TN-650, referência TN650, rendimento ISO/IEC 19752 de 8000 páginas	428481	Unidade
	40	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 05X, referência CE505X, rendimento ISO/IEC 19752 de 6500 páginas	444482	Unidade
	41	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 105A, referência W1105AB, rendimento ISO/IEC 19752 de 1000 páginas	616678	Unidade
12	42	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 125A, referência CB540A, rendimento ISO/IEC 19752 de 2200 páginas	406350	Unidade
	43	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 125A C, referência CB541A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1400 páginas	406348	Unidade
	44	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 125A M, referência CB543A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1400 páginas	406347	Unidade
	45	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 125A Y, referência CB542A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1400 páginas	406346	Unidade
	46	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 126A, referência CE310A, rendimento ISO/IEC 19752 de 1200 páginas	407891	Unidade
		Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 126A C, referência		

13	47	CE311A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1000 páginas	407892	Unidade
	48	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 126A M, referência CE313A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1000 páginas	407894	Unidade
	49	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 126A Y, referência CE312A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1000 páginas	407893	Unidade
14	50	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 128A, referência CE320A, rendimento ISO/IEC 19752 de 2000 páginas	439033	Unidade
	51	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 128A C, referência CE321A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1300 páginas	439034	Unidade
	52	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 128A M, referência CE323A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1300 páginas	439035	Unidade
	53	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 128A Y, referência CE322A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1300 páginas	439036	Unidade
	54	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 12A, referência Q2612A, rendimento ISO/IEC 19752 de 1600 páginas	344895	Unidade
15	55	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 130A, referência CF350A, rendimento ISO/IEC 19752 de 1300 páginas	434669	Unidade
	56	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 131A C, referência CF211A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1800 páginas	468192	Unidade
	57	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 131A M, referência CF213A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1800 páginas	417020	Unidade
	58	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 131A Y, referência CF212A, rendimento ISO/IEC 19789 de 1800 páginas	417019	Unidade
	59	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 131X, referência CF210X, rendimento ISO/IEC 19789 de 2400 páginas	417016	Unidade
	60	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 17A, referência CF217A,	444729	Unidade

		rendimento ISO/IEC 19752 de 1600 páginas		
	61	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 18A, referência CF218A, rendimento ISO/IEC 19752 de 1400 páginas	438566	Unidade
16	62	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 201X, referência CF400X, rendimento ISO/IEC 19752 de 2800 páginas	436688	Unidade
	63	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 201X C, referência CF401X, rendimento ISO/IEC 19789 de 2300 páginas	436696	Unidade
	64	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 201X M, referência CF403X, rendimento ISO/IEC 19789 de 2300 páginas	436698	Unidade
	65	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 201X Y, referência CF402X, rendimento ISO/IEC 19789 de 2300 páginas	436697	Unidade
17	66	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 204A, referência CF510A, rendimento ISO/IEC 19752 de 1100 páginas	452452	Unidade
	67	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 204A C, referência CF511A, rendimento ISO/IEC 19789 de 900 páginas	453453	Unidade
	68	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 204A M, referência CF513A, rendimento ISO/IEC 19789 de 900 páginas	452455	Unidade
	69	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 204A Y, referência CF512A, rendimento ISO/IEC 19789 de 900 páginas	452454	Unidade
	70	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 26X, referência CF226XD, rendimento ISO/IEC 19752 de 9000 páginas	460296	Unidade
18	71	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 305A, referência CE410A, rendimento ISO/IEC 19752 de 2090 páginas	432589	Unidade
	72	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 305A C, referência CE411A, rendimento ISO/IEC 19789 de 2600 páginas	432590	Unidade
	73	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 305A M, referência CE413A, rendimento ISO/IEC 19789 de 2600	432592	Unidade

		páginas		
	74	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 305A Y, referência CE412A, rendimento ISO/IEC 19789 de 2600 páginas	432591	Unidade
	75	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 35A, referência CB435A, rendimento ISO/IEC 19752 de 1500 páginas	615542	Unidade
	76	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 36A, referência CB436AB, rendimento ISO/IEC 19752 de 2000 páginas	432569	Unidade
	77	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 42X, referência Q5942X, rendimento ISO/IEC 19752 de 20000 páginas	350968	Unidade
	78	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 48A, referência CF248A, rendimento ISO/IEC 19752 de 1000 páginas	458614	Unidade
	79	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 49X, referência Q5949X, rendimento ISO/IEC 19752 de 6000 páginas	465472 /Q5949A	Unidade
19	80	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 507X, referência CE400X, rendimento ISO/IEC 19752 de 11000 páginas	415813	Unidade
	81	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 507A C, referência CE401A, rendimento ISO/IEC 19789 de 6000 páginas	409999	Unidade
	82	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 507A M, referência CE403A, rendimento ISO/IEC 19789 de 6000 páginas	410001	Unidade
	83	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 507A Y, referência CE402A, rendimento ISO/IEC 19789 de 6000 páginas	410000	Unidade
	84	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 53X, referência Q7553X, rendimento ISO/IEC 19752 de 7000 páginas	352856	Unidade
	85	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 55X, referência CE255X, rendimento ISO/IEC 19752 de 12500 páginas	410991	Unidade
	86	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 58X, referência CF258X, rendimento ISO/IEC 19752 de 10000 páginas	486017	Unidade
	87	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 64X, referência CC364X, rendimento ISO/IEC 19752 de 24000 páginas	416213	Unidade

20	88	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 650A, referência CE270A, rendimento ISO/IEC 19752 de 13500 páginas	439429	Unidade
	89	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 650A C, referência CE271A, rendimento ISO/IEC 19789 de 15000 páginas	439431	Unidade
	90	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 650A M, referência CE273A, rendimento ISO/IEC 19789 de 15000 páginas	439433	Unidade
	91	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 650A Y, referência CE272A, rendimento ISO/IEC 19789 de 15000 páginas	439432	Unidade
	92	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 78A, referência CE278AB, rendimento ISO/IEC 19752 de 2100 páginas	430816	Unidade
	93	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 80A, referência CF280A, rendimento ISO/IEC 19752 de 2560 páginas	439434	Unidade
	94	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 81X, referência CF281X, rendimento ISO/IEC 19752 de 25000 páginas	438352 /CF281A	Unidade
	95	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 83A, referência CF283X, rendimento ISO/IEC 19752 de 2500 páginas	429777 /CF283A	Unidade
	96	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 85A, referência CE285A, rendimento ISO/IEC 19752 de 1600 páginas	402421	Unidade
	97	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 90A, referência CE390A, rendimento ISO/IEC 19752 de 10000 páginas	428758	Unidade
	98	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo W9008MC, referência W9008MC, rendimento ISO/IEC 19752 de 23000 páginas	615139	Unidade
21	99	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Konica Minolta, modelo TN-216K, referência A11G131, rendimento ISO/IEC 19752 de 29000 páginas	290417	Unidade
	100	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras Konica Minolta, modelo TN-216C, referência A11G431, rendimento ISO/IEC 19789 de 26000 páginas	290421	Unidade
	101	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras Konica Minolta, modelo TN-216M, referência A11G331, rendimento ISO/IEC 19789 de 26000 páginas	290419	Unidade

	102	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras Konica Minolta, modelo TN-216Y, referência A11G231, rendimento ISO/IEC 19789 de 26000 páginas	290418	Unidade
	103	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Lexmark, modelo 50F4H00, referência 50F4H00, rendimento ISO/IEC 19752 de 6000 páginas	433922	Unidade
	104	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Lexmark, modelo 51B4000, referência 51B4000, rendimento ISO/IEC 19752 de 2500 páginas	619874	Unidade
	105	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Lexmark, modelo 56FB000, referência 56FB000, rendimento ISO/IEC 19752 de 6000 páginas	470718	Unidade
	106	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Lexmark, modelo 604H, referência 60FBH00, rendimento ISO/IEC 19752 de 10000 páginas	460255	Unidade
22	107	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Lexmark, modelo 808SK, referência 80C8SK0, rendimento ISO/IEC 19752 de 2500 páginas	427093	Unidade
	108	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras Lexmark, modelo 808SC, referência 80C8SC0, rendimento ISO/IEC 19789 de 2000 páginas	427095	Unidade
	109	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras Lexmark, modelo 808SM, referência 80C8SM0, rendimento ISO/IEC 19789 de 2000 páginas	427096	Unidade
	110	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras Lexmark, modelo 808SY, referência 80C8SY0, rendimento ISO/IEC 19789 de 2000 páginas	427094	Unidade
	111	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Lexmark, modelo X264H11G, referência X264H11G, rendimento ISO/IEC 19752 de 9000 páginas	389844	Unidade
	112	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Lexmark, modelo X463X11G, referência X463X11G, rendimento ISO/IEC 19752 de 15000 páginas	431169	Unidade
	113	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Okidata, modelo 44574301, referência 44574301/ Não achei esse cartucho, o final é 901?, rendimento ISO/IEC 19752 de 12000 páginas	421428	Unidade
	114	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Okidata, modelo 44917601, referência 44917601, rendimento ISO/IEC 19752 de 11000	433688	Unidade

		páginas		
	115	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Samsung, modelo 104S, referência MLT-D104S, rendimento ISO/IEC 19752 de 1500 páginas	407331	Unidade
	116	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Samsung, modelo 111L, referência MLT-D111L, rendimento ISO/IEC 19752 de 1800 páginas	601893	Unidade
	117	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Samsung, modelo 201L, referência MLT-D201U, rendimento ISO/IEC 19752 de 20000 páginas	603593	Unidade
	118	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Samsung, modelo 203U, referência MLT-D203U, rendimento ISO/IEC 19752 de 15000 páginas	439096	Unidade
	119	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Samsung, modelo 204U, referência MLT-D204U, rendimento ISO/IEC 19752 de 15000 páginas	484045	Unidade
	120	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Samsung, modelo 208U, referência MLT-D208U, rendimento ISO/IEC 19752 de 10000 páginas	604911	Unidade
23	121	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Samsung, modelo 406S, referência CLT-K406S, rendimento ISO/IEC 19752 de 1500 páginas	444449	Unidade
	122	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras Samsung, modelo C406S, referência CLT-C406S, rendimento ISO/IEC 19789 de 1000 páginas	444448	Unidade
	123	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras Samsung, modelo M406S, referência CLT-M406S, rendimento ISO/IEC 19789 de 1000 páginas	444449	Unidade
	124	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras Samsung, modelo Y406S, referência CLT-Y406S, rendimento ISO/IEC 19789 de 1000 páginas	444451	Unidade
24	125	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Samsung, modelo K503L, referência CLT-K503L, rendimento ISO/IEC 19752 de 8000 páginas	468585	Unidade
	126	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras Samsung, modelo C503L, referência CLT-C503L, rendimento ISO/IEC 19789 de 5000 páginas	468584	Unidade
		Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras Samsung, modelo M503L, referência		

	127	CLT-M503L, rendimento ISO/IEC 19789 de 5000 páginas	468586	Unidade
	128	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras Samsung, modelo Y503L, referência CLT-Y503L, rendimento ISO/IEC 19789 de 5000 páginas	468587	Unidade
	129	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Xerox, modelo 106R02778, referência 106R02778, rendimento ISO/IEC 19752 de 14100 páginas	434436	Unidade
25	130	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Xerox, modelo 106R03745, referência 106R03745, rendimento ISO/IEC 19752 de 23600 páginas	446544	Unidade
	131	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras Xerox, modelo 106R03746, referência 106R03746, rendimento ISO/IEC 19789 de 16500 páginas	446543	Unidade
	132	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras Xerox, modelo 106R03747, referência 106R03747, rendimento ISO/IEC 19789 de 16500 páginas	446542	Unidade
	133	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras Xerox, modelo 106R03748, referência 106R03748, rendimento ISO/IEC 19789 de 16500 páginas	446528	Unidade
	134	Fita de impressão (ribbon) YMCK, compatível com impressoras de cartões HID Fargo, modelo HDP Color, referência 84051, rendimento estimado de 500 páginas	608908	Unidade
	135	Fita de impressão (ribbon) de proteção, transparente, compatível com impressoras de cartões HID Fargo, modelo HDP Color, referência 84053, rendimento estimado de 1500 páginas	608908	Unidade
	136	Fita de impressão (ribbon) YMCKO, compatível com impressoras de cartões HID Fargo, modelo Smartload, referência 45000, rendimento estimado de 250 páginas	479977	Unidade
	137	Fita de impressão (ribbon) preto, compatível com impressoras de cartões Zebra, modelo 301BR, referência 800300-301BR, rendimento estimado de 2000 páginas	402314	Unidade
	138*	Fotocondutor, compatível com impressoras Brother, modelo DR2340, referência DR2340, rendimento ISO/IEC 19752 de 12000 páginas	446245	Unidade
	139*	Fotocondutor, compatível com impressoras Brother, modelo DR3440, referência DR3440 ou DR820, rendimento ISO/IEC 19752 de 50000 páginas	446226	Unidade
	140*	Fotocondutor, compatível com impressoras Brother, modelo DR420, referência DR420,	422349	Unidade

		rendimento ISO/IEC 19752 de 12000 páginas		
	141*	Fotocondutor, compatível com impressoras HP, modelo 104A, referência W1104A, rendimento ISO /IEC 19752 de 20000 páginas	256285	Unidade
	142*	Fotocondutor, compatível com impressoras HP, modelo 19A, referência CF219A, rendimento ISO /IEC 19752 de 12000 páginas	256285	Unidade
	143*	Fotocondutor, compatível com impressoras Lexmark, modelo 500Z, referência 50F0Z00 60K, rendimento ISO/IEC 19752 de 60000 páginas	449484	Unidade
	144	Refil de tinta ciano, compatível com impressoras Canon, modelo 10 C, referência GI-10 C 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7700 páginas	472698	Unidade
26	145	Refil de tinta magenta, compatível com impressoras Canon, modelo 10 M, referência GI-10 M 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7700 páginas	472697	Unidade
	146	Refil de tinta preto, compatível com impressoras Canon, modelo 10 PGBK, referência GI-10 B 170ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 8300 páginas	472699	Unidade
	147	Refil de tinta amarelo, compatível com impressoras Canon, modelo 10 Y, referência GI-10 Y 3393C001 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7700 páginas	474696	Unidade
27	148	Refil de tinta preto, compatível com impressoras Epson, modelo T544 BK, referência T544120 65ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 4500 páginas	621939	Unidade
	149	Refil de tinta ciano, compatível com impressoras Epson, modelo T544 C, referência T544220 65ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7500 páginas	621940	Unidade
	150	Refil de tinta magenta, compatível com impressoras Epson, modelo T544 M, referência T544320 65ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7500 páginas	621938	Unidade
	151	Refil de tinta amarelo, compatível com impressoras Epson, modelo T544 Y, referência T544420 65ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7500 páginas	621969	Unidade
28	152	Refil de tinta preto, compatível com impressoras Epson, modelo T554 BK, referência T554120-AL, rendimento ISO/IEC 24711 de 6700 páginas	621933	Unidade
	153	Refil de tinta ciano, compatível com impressoras Epson, modelo T555 C, referência T555220-AL 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 6200 páginas	621973	Unidade
	154	Refil de tinta cinza, compatível com impressoras Epson, modelo T555 GY, referência T555520-AL 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 6200 páginas	621973	Unidade
		Refil de tinta magenta, compatível com		

	155	impressoras Epson, modelo T555 M, referência T555320-AL 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 6200 páginas	621932	Unidade
	156	Refil de tinta preto, compatível com impressoras Epson, modelo T555 PB, referência T555120-AL 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7300 páginas	621937	Unidade
	157	Refil de tinta amarelo, compatível com impressoras Epson, modelo T555 Y, referência T555420-AL 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 6200 páginas	621934	Unidade
29	158	Refil de tinta preto, compatível com impressoras Epson, modelo T664 BK, referência T664120 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 4500 páginas	621937	Unidade
	159	Refil de tinta ciano, compatível com impressoras Epson, modelo T664 C, referência T664220 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7500 páginas	621936	Unidade
	160	Refil de tinta magenta, compatível com impressoras Epson, modelo T664 M, referência T664320 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7500 páginas	621935	Unidade
	161	Refil de tinta amarelo, compatível com impressoras Epson, modelo T664 Y, referência T66442070 ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 7500 páginas	621934	Unidade
30	162	Refil de tinta ciano, compatível com impressoras HP, modelo GT52 C, referência M0H54AL 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 8000 páginas	621925	Unidade
	163	Refil de tinta magenta, compatível com impressoras HP, modelo GT52 M, referência M0H55AL 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 8000 páginas	621924	Unidade
	164	Refil de tinta amarelo, compatível com impressoras HP, modelo GT52 Y, referência M0H56AL 70ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 8000 páginas	621923	Unidade
	165	Refil de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo GT53, referência 1W22AL 90ml, rendimento ISO/IEC 24711 de 4000 páginas	621926	Unidade
	166	Cartão de aproximação RFID ISO Mifare1K em PVC (Cloro de Polivinila), comprimento 8,55 cm, espessura 0,76 mm, largura 54 mm, leitura por proximidade na frequência de 125 KHz	472869	Unidade
31	167	Cartucho de toner magenta, compatível com impressoras HP, modelo 414X M, referência W2023X, rendimento ISO/IEC 19789 de 6000 páginas	483747	Unidade
	168	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras HP, modelo 414X, referência W2020X, rendimento ISO/IEC 19752 de 7500 páginas	483748	Unidade

	169	Cartucho de toner amarelo, compatível com impressoras HP, modelo 414X Y, referência W2022X, rendimento ISO/IEC 19789 de 6000 páginas	483749	Unidade
	170	Cartucho de toner ciano, compatível com impressoras HP, modelo 414X C, referência W2021X, rendimento ISO/IEC 19789 de 6000 páginas	483750	Unidade
	171	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Brother, modelo TN750, referência TN750, rendimento ISO/IEC 19752 de 8000 páginas	449602	Unidade
	172	Cartucho de toner preto, compatível com impressoras Kyocera, modelo TK1170, referência TK1170, rendimento ISO/IEC 19752 de 7200 páginas	454624	Unidade
	173	Refil de tinta preto, compatível com impressoras HP, modelo GT51, referência MOH57A 80ML, rendimento ISO/IEC 24711 de 5000 páginas	444085	Unidade
	174	Fita de transferência térmica preto, compatível com impressora industrial S4M, modelo à base de resina, referência Zebra 4800 standard 04800BK11045, rolo de 110mm x 450m	445142	Unidade
	175	Fita de transferência térmica preto, compatível com impressora industrial S600, à base de cera, referência Zebra 1600 economy 01600BK08345, rolo de 83mm x 450m	255888	Unidade

1.1.1. Os itens 138, 139, 140, 141, 142 e 143 são objeto de margem de preferência normal, conforme Art 3º do Decreto nº 11.890 /2024.

1.1.2 O agrupamento de itens apresentado na tabela fundamenta-se em critérios técnicos específicos, considerando a interdependência funcional e operacional dos produtos, cuja aquisição isolada poderia comprometer a integridade e o funcionamento adequado dos equipamentos. Essa medida excepcional justifica-se pelos seguintes fatores:

- **Compatibilidade técnica:** Os itens agrupados demandam especificações homogêneas para garantir plena operação nos equipamentos, evitando incompatibilidades que inviabilizem sua utilização.
- **Padronização e qualidade:** A aquisição conjunta assegura uniformidade de padrões técnicos, prevenindo variações que possam comprometer o desempenho e a durabilidade dos equipamentos.
- **Racionalização logística e econômica:** A compra consolidada reduz custos operacionais, otimizando a logística de transporte, armazenagem e gestão de entregas, além de viabilizar melhores propostas por meio de economias de escala, em consonância com o princípio da vantajosidade (Art. 11, I da Lei nº 14.133/2021).
- **Mitigação de riscos contratuais:** Redução do risco de descontinuidade no fornecimento, assegurando que eventual inadimplência de um fornecedor não comprometa a funcionalidade dos demais itens.
- **Responsabilização única:** Evita a fragmentação de obrigações, garantindo maior clareza na imputação de não conformidades e facilitando a fiscalização contratual.

Dessa forma, a medida encontra respaldo na necessidade de garantir a viabilidade operacional dos itens adquiridos, em alinhamento ao entendimento do TCU (Acórdão 3081/2016 - Plenário), que exige justificativa técnica para o agrupamento de itens.

1.1.3. Os locais de entrega, quantitativos por local e quantitativos totais dos itens encontram-se em anexo ao Edital.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP	17217985000104-0-000026/2025
Data de publicação no PNCP	09/05/2025
Id do item no PCA	25
Classe/Grupo	7090 - SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - TIC
Identificador da Futura Contratação	153254-26/2025

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Certificação de Logística Reversa:

- O fornecedor deverá disponibilizar um programa de logística reversa, sem ônus para a contratante, para a coleta e destinação ambientalmente correta dos cartuchos, toners, ribbons e refis de tinta utilizados, assegurando que os resíduos sejam encaminhados a empresas devidamente licenciadas para tratamento, reciclagem ou descarte final
- O fornecedor deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de suprimentos de impressão, originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
- A licitante deverá enviar Declaração sobre o recolhimento dos resíduos, de acordo com a Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política de Resíduos Sólidos. A licitante vencedora deverá adotar sistemas de logística reversa em parceria com o fabricante dos cartuchos de tinta, toner e outros suprimentos de impressão.
- O fornecedor deverá enviar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação anteriormente citada, em conformidade com as normas ambientais vigentes.
- A qualquer momento a contratante como outros órgãos da Administração Pública poderão exigir do fornecedor a apresentação dos Certificados de Destinação Final de resíduos (CDF) relacionados aos itens coletados para destinação ambiental adequada.
- O fornecedor deverá apresentar semestralmente (no máximo), declaração confirmando o recebimento dos cartuchos e toners já utilizados e respectivas embalagens dos equipamentos, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas, em outros ciclos – como cooperativas de reciclagem ou outra destinação final ambientalmente adequada. A periodicidade desse recolhimento deverá ser acordada com o órgão contratante, de forma a não deixar acumular os materiais utilizados sem serventia nas dependências das instituições públicas.

4.1.2. Certificações Ambientais de Baixa Toxicidade e Conformidade Ambiental:

- Todos os produtos fornecidos devem possuir certificações que atestem o cumprimento de critérios de sustentabilidade.
- Os produtos devem estar em conformidade com as diretrizes da RoHS (Restriction of Hazardous Substances), que limita o uso de substâncias perigosas na fabricação de equipamentos eletrônicos e seus componentes.
- Não devem conter metais pesados ou outras substâncias prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana, tais como chumbo, cromo hexavalente, mercúrio, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados, entre outros.
- A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.
- Para todos os itens, as licitantes deverão enviar juntamente com a proposta, comprovante de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do Art. 17, Inciso II da Lei nº 6.938/1981 e da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021 e Normas correlatas.
- Caso o fabricante seja dispensado de tais registros, por força do dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da Lei.
- Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação acreditada que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

4.1.3. Redução de Impacto Ambiental:

- A embalagem dos produtos deve ser reduzida, reciclável e, preferencialmente, fabricada com materiais reciclados, em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 01/2010.

4.1.4. Eficiência no Uso de Recursos:

- Os cartuchos, toners e refis de tinta devem apresentar alta eficiência de rendimento, proporcionando um maior número de impressões por unidade.

- Deverá ser apresentado laudo técnico ou documento equivalente comprovando o rendimento médio por página dos produtos fornecidos.
- Os cartuchos de marca diferente do equipamento a que se destinam devem possuir desempenho equivalente ao do original.
- Os suprimentos de impressão (cartuchos ou toner) devem garantir um número mínimo de páginas impressas.
- A comprovação desse critério deve ser realizada através de relatório de ensaio emitido por laboratório certificado como detentor de Acreditação concedido pelo INMETRO, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas ABNT NBR ISO/IEC 24711:2011 e 24712:2011, para cartuchos de tinta, e ABNT NBR ISO/IEC 19752:2006 e 19798:2011, para cartuchos de toner.

4.1.5. Responsabilidade Socioambiental:

- O fornecedor deverá apresentar comprovação de que adota práticas socioambientais em seu processo produtivo, como programas de sustentabilidade corporativa, redução de emissões e iniciativas de economia circular.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser chamado a apresentar amostra, que será objeto de análise técnica e cuja conferência dos resultados será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.2.1 As amostras poderão ser entregues no endereço indicado na cidade de Belo Horizonte, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.2.2 Na análise das amostras apresentadas, será verificado se os produtos ofertados atendem às características mínimas do objeto licitado, bem como o rendimento, a consistência, o acondicionamento, a resistência, a eficiência, os registros IBAMA/INMETRO /ABNT e outras características, de acordo com a natureza de cada produto (de cada item). A UFMG poderá, ao seu critério, submeter as amostras à análise laboratorial especializada, para obtenção de laudos técnicos sobre tais produtos.

4.3. As amostras deverão ser apresentadas em conformidade com a solicitação do Pregoeiro, no prazo e local por ele definidos na própria sessão do Pregão.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões a seguir relacionadas:

4.5.1. A finalidade da garantia é assegurar a plena execução do contrato e evitar prejuízos ao erário, sendo assim, uma medida que visa a evitar a responsabilidade subsidiária do Estado, mas que, ao mesmo tempo, tutela o agente público nas atribuições de gestor.

4.5.2. Segundo o art. 96 da Lei nº 14.133/2021: "A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos".

4.5.3. Contudo, antes de estabelecer no edital e demais instrumentos contratuais a exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto.

4.5.4. O objeto do presente processo refere-se à aquisição parcelada de cartuchos e toners destinados às impressoras da UFMG para produção de impressos diversos, dessa forma, tratando-se tão somente de insumos de informática a serem utilizados nas atividades realizadas pela unidade, não caracterizando bens de alta complexidade, alta tecnologia.

4.5.5. Ao mesmo tempo em que a garantia representa segurança, no que se refere à boa execução do contrato, de outro lado, resulta, como regra, no encarecimento da contratação. Portanto, deve-se analisar caso a caso, de acordo com as suas especificidades a exigência ou não de garantia. Se de um lado, por meio da garantia contratual, a Administração Pública assegura as obrigações assumidas por terceiros, noutro, onera as propostas apresentadas e restringe a competição. Portanto, sua exigência pode adicionar despesas aos licitantes, a qual pode, inclusive, limitar o universo de interessados, além de, poder representar acréscimo aos valores da contratação em razão do repasse dos custos decorrentes da garantia à própria Administração, prejudicando assim, a economicidade na contratação.

4.5.6. Dessa forma, conclui-se que, a discricionariedade da administração em exigir a garantia contratual é limitada e moldada pelos princípios da economicidade e da competitividade, nesse sentido, por conta dos fatores citados, a exigência poderá representar diminuição do universo de interessados, prejudicando a competitividade no presente certame.

4.5.7. Nesse sentido, a exigência da garantia, por conta dos fatores citados, pode representar diminuição do universo de interessados, prejudicando a competitividade na licitação, decidindo-se assim, pela não exigência da prestação de garantia aos licitantes para este Pregão Eletrônico.

4.5.8. Contudo, deverá ser exigido prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses para os cartuchos e toners.

4.5.9. Cartuchos de impressora têm componentes químicos e mecânicos que podem se deteriorar ao longo do tempo. Assim sendo, estabelecer um prazo de validade assegura que os cartuchos estejam em condições ideais de desempenho durante o uso, garantindo que a tinta e outros componentes estejam em condições ótimas para produzir impressões nítidas e legíveis. Os cartuchos e toners com prazo de validade expirado podem resultar em impressões de baixa qualidade, como manchas, falhas ou desbotamento, além de assegurar a integridade do equipamento e dos materiais impressos.

Condições especiais de fornecimento de cartuchos de tinta e toner

4.6. Como forma de orientar este procedimento de aquisição, cumpre-nos informar que existem, basicamente, três tipos de toners para impressoras:

- i) Cartuchos de Tinta e Toner Originais. são aqueles cartuchos produzidos pela mesma fabricante da impressora, sendo completamente compatível com ela, de ótima qualidade e que raramente pode causar algum problema na impressão.
- ii) Cartuchos de Tinta e Toner Remanufaturados. são aqueles cartuchos que são reutilizados, recarregando de tinta/toner os cartuchos originais vazios. Comercializa-se tanto a recarga do cartucho como a venda dos produtos reciclados. Muitas vezes esses cartuchos podem danificar a impressora, principalmente se o processo de reposição da tinta não for feito corretamente, afinal todo o processo (ou grande parte dele) é manual e a falta de cuidado pode acabar com a qualidade do produto.

Sobre este tipo de insumo, cabe considerar ainda que o uso de cartucho de tinta ou toner, remanufaturado, não atende aos interesses da Administração.

- iii) Cartuchos de Tinta e Toner Compatíveis – são cartuchos genéricos do original. São novos, diferentemente dos remanufaturados, porém foram feitos por um fabricante diferente da impressora. Eventuais problemas que venham a ocorrer na impressora devido à utilização desses cartuchos (bem como nos remanufaturados) violam a garantia da máquina.

4.6.1. Tendo isso em vista, o presente Termo de Referência indica a compra de cartuchos de tinta/toners originais para as impressoras que se encontram em garantia e, para impressoras fora da garantia, a compra de cartuchos de tinta/toners compatíveis. Sob nenhuma hipótese serão aceitos cartuchos de tinta/toners remanufaturados.

4.6.2. Exigências em relação aos cartuchos compatíveis:

- Os cartuchos de tinta e toner para impressão deverão ser novos, compatíveis, originais, conforme descrição das especificações, de boa qualidade, entendendo-se como tal aqueles fabricados pela primeira vez, portanto, não oriundos de recarga, recondicionamento, remanufatura, reciclagem ou fabricado por qualquer processo semelhante.
- Fica esclarecido que não há obrigatoriedade de os cartuchos serem peças genuínas da mesma marca do fabricante da impressora, e sim originais de fábrica (compatíveis) de qualidade garantida, como definido acima.
- No caso de fornecimento de cartuchos compatíveis ou originais de fábrica de marca diferente da marca da impressora a que se destinam, a(s) licitante(s) classificada(s) com o menor preço em cada item deverá(ao) apresentar, juntamente com os documentos de proposta e habilitação, Laudo/Relatório de Análise Técnica expedido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO, pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), com escopo de acreditação na norma brasileira ABNT/NBR/ISO/IEC 17025, para realização de ensaios ópticos comparativos com um cartucho de toner original do fabricante da impressora e também com a norma brasileira ABNT/NBR/ISSO/IEC 19752, que comprove o bom funcionamento, a boa qualidade e o bom desempenho e rendimento dos cartuchos quando empregados no fim a que se destinam. Esta exigência de Laudo está apoiada nas seguintes deliberações do Tribunal de Contas da União. TCU: Decisões nºs 130/2002; 516/2002, 1.476/2002; 1.622/2002; 1.196/2002 e Acórdão nº 1.446/2004, todas do Plenário.

4.6.3. O Laudo de Qualidade, para cada modelo de cartucho, deverá apresentar no mínimo as características relacionadas abaixo:

- a) O Laudo/Relatório deverá possuir data de emissão e de ensaio não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data da realização do pregão;

- b) Marca e modelo do cartucho em que os testes foram realizados e a data de realização dos ensaios.
- c) Ateste de exame visual quanto a vazamento.
- d) Número de páginas impressas de forma legível, em papel A4, com cobertura mínima de 5% para cor preta e de 15% para colorido, indicando o rendimento;
- e) Volume de tinta utilizada para esgotar o cartucho para fins de comparação com o volume registrado na embalagem.
- f) Avaliação da qualidade da impressão utilizando métodos de visão computacional.
- g) Constatação de que se trata de produto original e novo de primeiro uso e não de produto remanufaturado ou recondicionado;
- h) Metodologia adotada e os equipamentos e insumos realizados nos testes;
- i) Indicação do período de testes.
- j) Conclusão.

4.6.3.1. Não serão aceitos laudos emitidos por laboratórios pertencentes à própria licitante.

4.6.4. Considerações quanto aos cartuchos originais ou compatíveis:

- i) Os produtos deverão ser originais ou compatíveis (com laudo técnico), não sendo aceita em hipótese alguma a cotação de produtos remanufaturados, reciclados, recondicionados ou pirateados, sob pena de desclassificação.
- ii) Os cartuchos ofertados deverão ser entregues em embalagens adequadas à sua conservação, lacradas e constando a identificação do conteúdo, da quantidade, da validade do fabricante e o número do lote correspondente.
- iii) A licitante deverá apresentar ainda, declaração, fornecida pelo fabricante, distribuidor ou revendedor autorizado do cartucho, com as seguintes informações:
 - a) Que os cartuchos de tinta/toner são compatíveis com a impressora a que se destinam;
 - b) Que os cartuchos de tinta/toner são originais de fábrica, sem nenhum resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento.

4.6.4.1. Justifica-se pedido da declaração do fabricante pois a oferta de cartuchos de tinta e toners de má qualidade podem danificar os equipamentos de impressão, bem como acarretar problemas de impressões como exemplo: impressões borradas, manchadas e com cores diferentes das previstas.

4.7. Havendo divergência entre a descrição do código CATMAT do sistema compras.gov.br e o Termo de Referência, prevalecerá a descrição/especificação deste último.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, no local indicado pelo solicitante, em remessa única, contados da data do recebimento da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ao fornecedor no endereço indicado pelo mesmo, dentro da padronização seguida pelo órgão e conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho deste Termo e seus anexos.

5.1.1. Para os Ribbons a serem adquiridos, o prazo de entrega poderá ser de até 45 (quarenta e cinco) dias, tendo em vista que é um produto comumente importado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os cartuchos e toners deverão ser entregues de acordo com a solicitação feita pela Universidade Federal de Minas Gerais ou órgãos participantes vinculados a esta contratação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material

inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Infrações e sanções administrativas

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.1.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito:

8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, acumulado no ano, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, por se tratar de Registro de Preços, cujos empenhos serão feitos sob demanda, conforme pedido mínimo.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. Estimativas do valor da contratação

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. Conforme Art. 17 do Decreto 11.462/2023, “A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.”

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Disposições finais

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO HENRIQUE BRITO BICALHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/04/2025 às 10:23:17.

FERNANDO DE SOUZA GUIMARAES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/04/2025 às 16:04:24.

LUCAS FERNANDES LEAO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/04/2025 às 10:38:50.

Despacho: À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência e AUTORIZO a realização do procedimento licitatório.

ALTAIR DAMASIO DIAS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/04/2025 às 10:22:21.